

INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: as formas de apropriação do território e as relações de po- der em Terras Indígenas de Roraima, Brasil

ST-03 – Abordagens Sobre o Regional, o Territorial e o Rural

Elionete de Castro Garzoni

Orientador: Arlete Moysés Rodrigues

Nome do Programa: Doutorado em Geografia, IG/UNICAMP

Ano de início: 2018

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

A presente pesquisa decorre de experiências *in loco* em comunidades indígenas no estado de Roraima, as quais suscitam a inquietação sobre os impactos da mudança nas formas tradicionais de seu ordenamento territorial. O desenho das aldeias foi se alterando com o tempo e algumas das novas formas remetem à lógica do capital e do ordenamento territorial urbano, embora as normas jurídicas das Terras Indígenas (TIs) no Brasil sejam diferentes da propriedade tipicamente capitalista, já que os indígenas não possuem a propriedade da terra, a qual pertence à União. Mais que isso, constitui objeto de questionamento como essa nova lógica implica nas relações sociais das comunidades, considerando tanto sua hierarquia tradicional como o fluxo de produtos e serviços estabelecidos com a sociedade não indígena. Dessa forma, o problema de pesquisa aqui apresentado seria: “quais fatores contribuíram para as mudanças na forma de apropriação do território nas comunidades indígenas em estudo no estado de Roraima, e de que modo essa a adoção dessa nova forma implica nas relações de poder internas à comunidade e destas com o meio externo?”

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa visa apontar o processo pelo qual a forma de delimitação e apropriação individual de parcelas do territórios, assemelhando-se a lotes e quadras, ocorre em algumas comunidades indígenas no estado de Roraima, mesmo sob a égide legal do uso coletivo da terra; bem como as influências desse ordenamento nas relações sociais internas às comunidades em questão, e destas com o meio externo. Como objetivos específicos são

considerados: a) reconhecer as formas originárias de produção do território das etnias que vivem nas comunidades estudadas, com destaques à organização sociocultural e suas relações de poder; b) identificar o período geohistórico das alterações no formato original de apropriação do território no interior das comunidades analisadas e quais os fatores internos e externos que os desencadearam; e c) analisar como tais alterações territoriais interferem nas relações internas à comunidade, e destas com a sociedade não indígena.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a pesquisa buscará contribuir com análise crítica do objeto em estudo, a partir da utilização do materialismo histórico/dialético, e de seus quatro princípios: a) da totalidade; b) do movimento; c) da mudança quantitativa; e d) da contradição (GADOTTI, 1995). Dessa forma, procurar-se-á deixar evidente que, ao analisar criticamente com os princípios e pressupostos do arcabouço teórico, pode-se desvendar a complexidade dos processos de demarcação de territórios indígenas e, ao mesmo tempo, a influência da forma urbana capitalista nas aldeias indígenas pesquisadas. Como elemento de diferenciação serão analisados a localização geográfica das aldeias, além da proximidade de centros urbanos e infraestrutura de circulação, que interferem direta e indiretamente nas comunidades.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA

As obras utilizadas até o momento buscam abordar a conjuntura contemporânea do capitalismo, a partir de autores como Pierre Dardot e Christian Laval [A nova razão do mundo, 2016 e Comum, 2017]; bem como aqueles que tratam dessa discussão em relação direta com a Geografia, como David Harvey [A loucura da razão econômica, 2018]. Para as discussões sobre o território, lançou-se de Marcelo Lopes de Souza [O território, 2000] e de Paul Little [Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil, 2004] dado o viés antropológico na discussão da categoria de análise. Claude Raffestin [Por uma geografia do poder, 1993] e Paul Claval [O território na transição da pós-modernidade, 1999] embasaram as discussões sobre poder, outra demanda posta nos objetivos de pesquisa. Para debater das questões do uso do solo amazônico, buscando uma interface com as áreas indígenas, a referência utilizada foi Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior [Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia, 2015]. Certamente a esses nomes agregar-se-ão outros ao longo das leituras, tanto no arcabouço teórico como nos instrumentos metodológicos.

DIALOGO COM O TEMA DA OFICINA

Mais de quinhentos anos se passaram desde a invasão do Brasil e o etnocentrismo do colonizador ainda não foi capaz de descontaminar o olhar do senso comum diante das civilizações ameríndias. Ora vistos como atrasados, rudes e desqualificados, ora como desejosos de uma “integração” com a sociedade não indígena, como se os não índios tivesse autoridade para deliberar sobre os desejos e anseios desses povos, em suas distintas etnias e nações.

Ademais aos dilemas possíveis do questionamento do que seria “ser índio” no Brasil em pleno século XXI, cabe arrebatrar das mentes a imagem utópica do índio caçador/coletor, por uma visão mais realista de suas demandas emergentes enquanto indivíduo, comunidade ou nação, já que, com raras exceções, não estão em condição de isolamento, e tampouco são inatingíveis, ao *modus operandi* do capital e aos avanços tecnológicos. Assim, à medida que os povos indígenas estabelecem suas metas, estas transformam não apenas suas rotinas pessoais como também as perspectivas da vida coletiva. Isto posto, acreditamos que a pesquisa tem contribuições a oferecer ao tema proposto desta oficina, a partir do convite a esse olhar sobre o ordenamento territorial das aldeias que constituem objeto de estudo.

DIALOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

O estado de Roraima tem uma posição geográfica propícia ao diálogo com problemáticas regionais, nacionais e internacionais, quer em decorrência de políticas públicas de integração regional, do viés geopolítico e das relações fronteiriças, ou ainda do uso e ocupação do território, quando 46,2% do estado corresponde a áreas indígenas homologadas. Caberia situar a Região Norte no contexto nacional, e trazer à baila as muitas tentativas históricas de integrá-la ao restante do país. Na sequência, poder-se-ia destacar uma peculiaridade da questão indígena quanto à sua mobilidade transfronteiriça, uma vez que as divisões político administrativas não impedem, nem deveriam impedir, a manutenção das redes de coletividade, solidariedade e laços familiares entre indígenas de uma mesma etnia, independente das Unidades da Federação e/ou países. Além disso, há de se considerar o recente deslocamento de pessoas, decorrente da crise política e econômica venezuelana, que teve (e ainda tem) implicações diretas nas relações da sociedade roraimense. Neste contexto, inevitavelmente a pesquisa deparar-se-á com a necessidade de estabelecer tais diálogos.

PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

Além das questões burocráticas (submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Fundação Nacional do Índio), cabe salientar a questão logística, uma vez que o Programa de Pós Graduação está situado em Campinas, SP, enquanto o local de pesquisa em Roraima, e a consequente despesa que o deslocamento irá gerar no momento de coleta de dados primários. Ademais tais questões, há de se considerar a possibilidade de haverem novos arranjos institucionais a partir do novo governo (2019-2022), a exemplo da transferência da FUNAI para o Ministério da Agricultura, e da revisão das dimensões das Terras Indígenas já homologadas, entre outras especulações aventadas pela mídia. Por último, e não menos importante, cabe registrar a dificuldade e morosidade envolvidas no processo de reconhecimento, demarcação e homologação das Terras Indígenas no Brasil, da mesma maneira que as pressões sofridas com a expansão da fronteira agrícola e por parte das mineradoras multi e transnacionais, que assombram a autonomia dos povos indígenas no país.